

Edição Patrocinada por:

Reitoria da Universidade do Porto
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Câmara Municipal do Porto
Fundação Engenheiro António de Almeida
Fundação Calouste Gulbenkian
Centro de Estudos da População e Família

ESTUDOS DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA PORTUGUESA

Homenagem ao Professor Vítor de Sá

Organização do
Centro de História da Universidade do Porto



REPRESENTAÇÕES DAS RELAÇÕES DE PORTUGAL E ESPANHA E DA QUESTÃO IBÉRICA NA *REVUE DES DEUX MONDES* (1831-1880)

_____ *Maria da Conceição Meireles Pereira*

Publicação fundada em 1828 por Mauroy e Ségur-Dupeyron que absorve em 1830 o *Journal des Voyages*, a *Revue des Deux Mondes* é retomada em 1831 por François Buloz cuja direcção mantém até 1877, data da sua morte, sucedendo-lhe então seu filho Charles¹.

Quinzenal desde 1832, a *Revue* é, não sem razão, considerada a mais célebre publicação de França, ora pela sua extraordinária longevidade², ora pela colaboração que obteve dos mais prestigiados escritores e pensadores do país. Com efeito, após exercer um inequívoco primado intelectual no mundo da imprensa periódica ao longo da centúria de oitocentos, esta revista sobrevive aos dois conflitos mundiais do nosso século, mudando ligeiramente o título após a Libertação, sem no entanto nada mudar quanto à sua apresentação e espírito³. A última alteração desta revista, intimamente ligada a todas as manifestações da vida francesa, adveio-lhe da fusão com a publicação *Hommes et Mondes*, passando a editar os *Cahiers* consagrados a grandes questões da actualidade .

As suas monografias políticas, económicas, históricas, literárias e artísticas, ilustraram gerações de leitores dos vários continentes, ora versando temas de carácter erudito, ora comentando sucessos de ocorrência recente. A preocupação

universalista das suas temáticas diversificadas explica a recepção desta revista nos vários pontos do globo, pautando-se a sua mensagem por critérios conservadores, apoiados nos valores do ideário liberal e do constitucionalismo político.

Portugal e Espanha não podiam deixar de fazer parte do leque de países e culturas aí tratados, pelo que nos propomos recensear as principais coordenadas dessas representações, fundamentalmente num campo de intercepção das mesmas, isto é, analisar os parâmetros de aproximação e diferenciação dos países ibéricos bem como o seu equacionamento recíproco, nomeadamente a questão da união ibérica, segundo a perspectiva veiculadora dos vários colaboradores da revista ao longo do seu primeiro meio século de existência.

A Espanha constitui um tema recorrente das páginas da *Revue* e isto por razões de ordem vária. Além de vizinha, ela é aliada da França, países que juntamente com a Itália formavam o eixo fulcral do bloco latino, tão acarinhado pelos franceses.

Ultrapassadas dissensões várias e ambições napoleónicas, a aliança entre os dois países que partilham os Pirinéus é encarada, na era do liberalismo constitucional, como uma relação de paridade entre os dois estados soberanos, condição de equilíbrio no xadrez político europeu, pelo que o bem estar político-económico-social de Espanha não é indiferente aos escritores da *Revue*, como atesta o seguinte excerto: «Par une admirable loi de la Providence, la France et l'Espagne sont dans une telle situation l'une à l'égard de l'autre, que leurs intérêts se confondent. Bien loin de nous porter ombrage, l'indépendance et la prospérité de la Péninsule sont pour nous une nécessité et une garantie»⁴.

Esta convergência de interesses espelha-se numa constante preocupação com a tumultuosa e imprevisível situação política espanhola, eivada de revoluções e pronunciamentos, minada pelas rivalidades provinciais e tendências federalistas, caracterizada pela indefinição e hesitação partidárias e pela imparável sucessão de governos dominados mais por vontades individuais do que pela obediência a princípios e ideias. Este panorama é retratado em mais de três dezenas de artigos, ao longo do meio século que constitui o âmbito cronológico do presente estudo, sendo ainda frequentemente comentado na rubrica *Chronique de la Quinzaine — Histoire Politique et Littéraire*, pela pena de Charles de Mazade, publicista francês entendido em assuntos espanhóis⁵.

Por sua vez a cultura espanhola, nomeadamente a gloriosa tradição literária e a pitoresca história medieva, apresenta-se como ponto de referência obrigatório numa revista baluarte do romantismo, que à luz da nova estética redimensiona o exotismo e génio dramático espanhóis⁶.

Os artigos referentes a temas portugueses, francamente menos frequentes, pautam-se sobretudo por duas orientações: ou são de síntese histórico-política ou impressões de viagem⁷. A primeira monografia dedicada a Portugal incluída na *Revue des Deux Mondes* data de 1837 e é da autoria de Louis de Carné. Logo nas primeiras linhas de *Le Portugal au dix-neuvième Siècle*, o autor afirma: «La question portugaise est l'appendice obligée de la question espagnole»⁸. Esta frase sintetiza a filosofia subjacente ao artigo que ao analisar a situação de Portugal, veementemente defende a unidade da Península Ibérica. O historiador e político francês apresenta Portugal como uma nação despojada de riqueza e poder, saída do velho regime de feudalidade claustral sem força para operar a sua transformação pelas ideias contemporâneas, imóvel entre o passado e o presente, vivendo numa apatia profunda. A história portuguesa posterior à revolução de 1820, o drama da família real, a guerra civil, não lhe merecem outro comentário senão o de que lhe custava acreditar que tudo se tivesse passado no seio da própria Europa. Esta visão de um Portugal em ruínas transporta-o à ideia da unidade peninsular: «En étudiant avec quelque soin la longue série de ces évènements, en en cherchant la racine dans l'histoire et le génie du pays, on ne tarde pas à s'apercevoir que l'avenir de ce peuple ne lui appartient pas, que sa cause est l'accessoire d'une autre cause. On sent que l'indépendance du Portugal, qui fut long-temps l'oeuvre de son courage, ne tient désormais qu'à la défaillance de l'Espagne, et que l'unité sera le resultat final du mouvement péninsulaire, comme il en est manifestement le principe. Rien ne semble, en effet, plus propre à dénationaliser une contrée que les évènements consommés en Portugal: à cet egard, les convenances dynastiques, les traités de commerce et d'aliance, les *casus foederis* ou autres stipulations diplomatiques, ne prévaudront pas dans un avenir plus ou moins éloigné contre la force des choses»⁹.

Este «fatalismo ibérico» não deixou indiferentes os redactores da *Revista Estrangeira* que nos números de Setembro e Outubro desse mesmo ano traduziram o estudo de Carné, complementan-

do-o com notas da sua responsabilidade. A teoria de união política da Península Ibérica aí exposta é invectivada nos seguintes termos: «Sonhos d'*uniões ibéricas* tem desde poucos tempos agitado alguns espiritos *zelozos da felicidade do genero humano*, e em especial da gloria e do nome portuguez; estará acaso escripto no livro dos destinos que Portugal tenha de ser riscado da lista das nações? Não: a *união ibérica*, é tão fantastica como a republica de Platão. A unica união possivel será feita pela unidade das instituições politicas, e pela dos interesses geraes em ordem á Europa; é este o principio unicamente manifesto; e se o auctor allude a outro, está cabalmente enganado. Portugal será sempre nação independente, assim o quer o brio, e a honra nacional, assim o exige o equilibrio, e interesse da Europa»¹⁰.

Mas o objectivo confessado do escrito de Carné reside na busca de elementos que esclareçam sobre as possibilidades de interesse que os eventos de Portugal possam ter para a França; nesse sentido ensaia uma análise de tais eventos através de dois vectores, por um lado os que representam as resistências do passado e, por outro, as tímidas, pouco eficazes até, influências da modernidade. Tal análise escora-se em sistemáticas e intencionais analogias com a realidade espanhola, provocando o estabelecimento de paralelismos quer convergentes quer divergentes, mas que uniformemente contribuem para consolidar a fórmula de Carné, excelentemente resumida na sua expressão metafórica: «Semons donc à Madrid pour recueillir un jour à Lisbonne»¹¹. A via da abordagem histórica serve os objectivos deste declarado pragmatismo de intenções que faz radicar no passado a justificação de um projecto.

Na sua apreciação Carné começa por isolar um factor de diferenciação entre os dois países: a unidade e força de coesão que permitiram a Portugal resistir à poderosa monarquia vizinha faltam em Espanha, caracterizada por fortes centros de atracção regional que rivalizam com a própria capital, e exibem grandes contrastes de hábitos e costumes. Em Portugal, defende o autor indiferente a qualquer regionalismo, à parte Lisboa e Porto, todo o território está submetido às mesmas influências, com uma população cujo traço mais marcante é a indolência geradora de uma profunda apatia em relação aos negócios públicos, tão diferente da violência política de Espanha; por isso o povo português, dominado por uma organização feudal e importando

quase tudo o que consome, «végète plus qu'il ne vit sous un ciel doux et pur»¹².

Buscando as raízes deste estado de letargia, Carné remete-se aos alvores da era moderna sublinhando que o direito público feudal e o absolutismo alimentado pelo império, permitiram que as cortes se tornassem cada vez mais raras e levaram ao estabelecimento do desembargo do paço. A leitura destes indícios é taxativa: «La liberté du Portugal était morte avant que Philippe II rayât son nom de la liste des peuples en l'incorporant à l'Espagne»¹³. E não obstante a restauração da monarquia portuguesa e consequente retoma da soberania nacional, a perda de vigor da nacionalidade afigura-se-lhe sem remissão: «L'Europe eût dû comprendre que le génie du Portugal était éteint pour ne jamais renaître (...). Les traités de 1641, 1654, 1661, le traité de commerce de 1703 avec l'Angleterre, furent en effect de prompts et authentiques témoignages de cette impuissance qui atteint un peuple aux sources mêmes de sa vie, et qui fait du nom de nation comme une dérision amère»¹⁴.

Segundo o autor, a restauração empolgada pela vaidade portuguesa, transpareceu menos a energia de Portugal do que o abaixamento de Espanha, já que a situação era desesperada: marinha e indústria aniquiladas, comércio entregue ao monopólio estrangeiro, sucessão de príncipes imbecis, redução ao estado de colónia britânica, etc. Fiel ao conceito de «providencialismo hispânico», Carné apresenta um Portugal sem alma, qual excrescência da rivalidade entre a França e a Inglaterra, esperando somente a altura de a Espanha executar a sentença da Providência¹⁵.

A acção pombalina não lhe suscita qualquer inflecção na defesa da unidade peninsular como via única de salvação de Portugal. O Richelieu português terá sobrevalorizado os recursos da pátria que na realidade se havia tornado acessório das colónias, pelo que só poderia escapar à Inglaterra reunindo-se com a Espanha¹⁶. Por outro lado, acusa-o de não ter eliminado a estrutura feudal ainda mais arreigada em Portugal do que em Espanha, permitindo que sobrevivesse às instituições modernas como a constituição de 21 e a carta de 26. Assim chega Carné ao Portugal do século XIX, vítima de um passado sem futuro, exibindo as mazelas de uma organização militar assente em bases feudais, uma administração local e central escorada na venalidade

e na burocracia só comparável às espanhola e siciliana, tidas como as mais viciosas da Europa. A transformação mental que o país opera nesse período, consiste no crescendo de antagonismo ao jugo inglês exacerbado a partir das invasões napoleónicas, e de que o episódio de Gomes Freire é reflexo significativo.

No tocante à eclosão das revoluções liberais na península, Carné assinala que o movimento insurreccional espanhol decidiu o de Portugal, pese embora «il faut reconnaître que celui-ci, déterminé surtout par la haine de l'étranger, fut indépendant de l'autre dans son principe, quoique l'action de l'Espagne sur le royaume voisin se soit exercée dès-lors avec un ascendant qui n'a fait qu'augmenter depuis»¹⁷. O paralelismo entre os dois textos constitucionais era inevitável, ressaltando Carné que a constituição de 21 exagerava todos os princípios e impossibilidades da de Cádiz, vindo a revelar-se impraticável porque incapaz de vencer a inércia do costume de um povo, impreparado para compreender as suas novas leis. Descrente das virtualidades do constitucionalismo português, Carné não deposita nenhuma esperança acrescida na Carta, perseverando na ideia de que Portugal continuava sendo um país onde as teorias políticas eram consideradas coisa de pouco valor.

A guerra civil e consequente disputa do trono colocam-lhe, entre outras, a questão da legitimidade, pelo que o fenómeno miguelista é abordado com alguma delonga. Esse rei, calorosamente apoiado por Espanha e que internamente se confrontava apenas com a resistência dos sectores financeiros de Lisboa e Porto, instituiu em dois anos a lei do cárcere e do cadafalso. Madrid não só rompeu então toda e qualquer relação com D. Miguel, como auxiliou militarmente a sua derrocada com um exército de doze mil homens. No entender do político francês, novamente se evidencia a relação de dependência que subordina os destinos de Portugal aos de Espanha: «Cet acte fut décisif, bien moins encore à raison du poids qu'il jetait dans la balance des forces respectives que parce qu'il constatait, aux yeux de tous, la subordination désormais inévitable et chaque jour plus étroite de la question portugaise à la question espagnole»¹⁸.

As críticas atinentes ao reinado de Maria II seguem necessariamente os parâmetros anteriores; o escritor ironiza a dimensão utópica do programa da jovem rainha, rapidamente confrontado com a anarquia parlamentar e ministerial e a

indiferença da opinião pública, contexto favorável ao recrudescimento da demagogia e do miguelismo, prenunciador de novas perturbações.

Recorrendo novamente à «teoria dos vasos comunicantes», Carné apresenta o golpe setembrista como inevitável após a ocorrência da revolta da Granja, ensaiando uma radiografia da situação portuguesa: «Une irritation produite par des événements dont ce pays ne saurait se relever, et que la vieille antipathie du peuple confond avec sa haine contre la Grand-Bretagne, une prépondérance de plus en plus puissante, exercée par l'élément espagnol, telle est la double clé avec laquelle on pénètre, à bien dire, dès à présent, dans l'avenir de ce peuple»¹⁹.

Esta «dupla chave» consiste numa estratégia de abordagem bipolarizada da questão portuguesa: por um lado as suas relações com a questão espanhola, por outro, a sua ligação à aliança inglesa por interesses políticos e comerciais²⁰. É através desta fórmula que Carné explora as possibilidades de um relacionamento com Portugal, vantajoso para a sua pátria. Equacionada a questão nesta base, admite que não será o interesse mercantil a aproximar Portugal e a França (considere-se a perda do Brasil e o facto da França produzir o que Portugal lhe poderia oferecer), pelo que a única via para tal aproximação é a unidade da Península Ibérica. A viabilidade dessa ocorrência afigura-se-lhe óbvia; invoca as afinidades de raça, fé e interesses, sem todavia precisar os conceitos e, não menos precipitado, desprezando os de nação e nacionalidade; invoca o declínio do génio e do impulso vital dos portugueses após 1640; invoca a similitude das necessidades pragmáticas de ambos os países, cujo futuro depende do trabalho, e da reforma dos costumes e das leis reguladoras da ordem civil; invoca finalmente a convicção de que os sentimentos anti-hispanistas radicam apenas nos estratos mais baixos da população portuguesa (nos «barqueiros do Tejo»), já que a camada política tinha contraído relações estreitas com a nação espanhola no exílio e na desgraça²¹.

Como corolário do seu raciocínio afecto à união ibérica, e numa tentativa de demover quaisquer argumentos resistentes a esse projecto, afirma lacónica e misteriosamente: «Peut-être serait-il facile de prouver, par des faits peu connus, que dans plus d'une circonstance la réunion des deux couronnes était le fond de la pensée des opinions les plus contraires»²².

Se o seu tom é peremptório quanto à efectivação da união ibérica, a forma que ela venha a assumir parece-lhe acessória, referindo o caso da monarquia dual da Suécia e da Noruega a mero título de exemplo. Fundamental parece-lhe o papel da França na inspiração e fomentação de tal processo, convicto que Portugal «ne peut accepter notre influence que lorsque, sous celle de l'Espagne régénérée par nous, une nouvelle ère s'ouvrira pour lui; c'est là l'oeuvre des années, peut-être des siècles»²³.

Na sua visão messiânica de regeneração da Península Ibérica por acção das ideias e, se preciso fosse, do sangue francês, Carné exalta o ideal da cruzada moderna em África, redentor e providencial, mas também revelador de uma capital ambição da França, objectivo primacial e finalmente confessado da sua desejada união peninsular: «Appelons les fils des Pélagie et des Alphonse Henriquez à la conquête et au partage de ce monde africain, devenu notre domaine. Que l'Espagne s'y régénère de ses tristes luttes par des combats auxquels applaudiront du haut des cieux ses héroïques ancêtres; que le Portugal aille y chercher les reliques de don Sébastien, et que les trois nations catholiques conquièrent à la civilisation de la croix cette terre que, dans la chute imminente du grand empire d'Islam, la Providence leur désigne comme le but de leurs travaux et l'object de leur récompense»²⁴.

Nenhuma outra monografia da *Revue des Deux Mondes* relativa a Portugal, encerra uma tão nítida estratégia política, uma tão declarada adesão ao projecto iberista e decorrente intenção de penetração da influência francesa no ocidente da península e seus prolongamentos coloniais, como a da autoria do conde de Carné. Todavia, nenhuma se coíbe de estabelecer analogias mais ou menos explícitas entre os dois países ibéricos e analisar o contexto de vulnerabilidade do Portugal oitocentista aos ventos de Paris.

Jules de Lasteyrie num texto de 1841 sobre o Portugal liberal, defende que o governo deste país consiste no produto variável de três elementos distintos: um povo inerte e desconfiado de acção indirecta e força passiva ; uma elite política, qual classe à parte, cuja actuação se manifesta nos partidos tornados instrumentos dos seus interesses; e, por último, a repercussão das influências estrangeiras²⁵.

Detendo-se neste derradeiro ponto, o neto do general La Fayette afirma que a França e a Espanha exerceram desde o

princípio do século XIX uma grande influência sobre o movimento das ideias em Portugal, se bem que em aspectos e graus diferentes. Ao contrário da Inglaterra que comprime a opinião e revolta os sentimentos, a França é cada vez mais amada em virtude das emigrações sucessivas e da difusão da língua que age sobre o próprio pensamento, estabelecendo uma «tirania de imitação», possível em razão da fraqueza de convicções e desgaste de um abatimento prolongado.

Sobre as influências de Espanha que reputa serem de uma outra natureza, tem uma opinião diferente da de Carné, quiçá fruto da sua permanência em Portugal durante a guerra civil, desmistificando desde logo a semelhança dos dois povos, veiculada por uma pouco cuidadosa opinião europeia: «Les Castellans et les Portugais se ressemblent beaucoup moins qu'on ne le dit, et s'aiment fort peu»²⁶.

Com isto não quer Lasteyrie dizer que Portugal permanecia indiferente aos acontecimentos do país vizinho: «Cependant le contre-coup de presque tous les mouvemens politiques qui ont ébranlé l'Espagne s'est fait ressentir chez ses voisins; il y a là un effet physique plutôt que moral, né du contact et de la position géographique, non de la sympathie et de la ressemblance des idées. La même tempête soulève dans les deux pays des élémens contraires; les désirs, les griefs, les intérêts, peuvent être différents, mais l'incendie ne se propage pas moins, et s'étend à la Péninsule entière»²⁷.

Para além dos factores de diferenciação, Lasteyrie refere um campo de denominador comum aos dois povos ibéricos, no qual predomina uma toada negativa: «Dans les deux royaumes de la Péninsule, l'épuisement des convictions, l'absence des volontés publiques, se joignent à l'intempérance des imaginations et au dérèglement des désirs individuels»²⁸.

Quando em 1845 Xavier Durrieu analisa a situação política, financeira e diplomática de Portugal para a *Revue de Deux Mondes*, afirma que de todos os países em revolução, Portugal é o mais atormentado, o mais alarmado com o seu destino, encontrando-se em perigo o próprio futuro da nacionalidade²⁹. Diz o autor que uma solução satisfatória aos olhos de quem não tivesse estudado muito de perto os dois povos da península, os seus caracteres, paixões e tendências, seria a de aconselhar Portugal a associar-se aos destinos de Espanha, por muito

tumultuoso que o futuro desta nação se pudesse ainda anunciar. Com efeito, aquilo que o jornalista francês chama de erro de Filipe II, isto é, a não transferência da capital para Lisboa, terá sido, na sua óptica, a mais grave falta cometida na península, ao impedir que a Espanha se tornasse uma grande potência comercial e marítima, sem lugar para incidentes como o de Gibraltar.

Mas quanto às possibilidades de reunião dos dois países nos tempos modernos a sua atitude é de reserva, afirmando: «Autre beau rêve qui pour le bonheur de l'Espagne comme pour celui du Portugal, se réalisera un jour peut-être; au moment où nous voicis parvenus, il n'est point permis d'y songer»³⁰.

A razão da inviabilidade presente dessa união radica, a seus olhos, na história de um ódio que se transformou em indiferença profunda: «Il y a deux siècles, c'était par les plus vives démonstrations de la haine et du mépris que se repoussaient les deux peuples; aujourd'hui, c'est bien pis encore: au mépris et à la haine a succédé la plus franche, la plus complète indifférence qu'il soit possible d'imaginer»³¹. Segundo Durrieu, deputados, homens de Estado, e publicistas de Espanha desconhecem o que se passa em Portugal, enquanto Lisboa evita escrupulosamente a mínima influência de Madrid.

Este autor, que põe a tónica na reciprocidade do mau relacionamento, isto é, coloca ao mesmo nível o ódio suscitado pelo jugo filipino e o ódio despoletado pela revolta do antigo vassalo, arreda com base nos argumentos apresentados a possibilidade de associação a Espanha, como solução para a situação portuguesa: «Que le Portugal demeure donc le Portugal, puisque de part ni d'autre les deux nations péninsulaires ne sont point préparées encore à la fusion des moeurs politiques ni à la fusion des lois»³².

Uma vez consciente da inviabilidade da união política, Durrieu não se conforma com as resistências à união comercial, elaborando um vasto texto em defesa da mesma. Culpa sobretudo os ingleses pela inexistência de relações comerciais entre os dois países ibéricos, já que interceptavam qualquer comunicação nas fronteiras e neutralizavam a navegação dos rios partilhados pelos dois países, tornando Portugal em sua ilha particular. Num passado mais recente, atribui alguma responsabilidade à ineficácia diplomática de ambos os lados e às resistências do poder português.

Considerando a união comercial igualmente benéfica para Portugal e Espanha, ou talvez mais para aquele porque representaria um poderoso impulso ao seu comércio e indústria, Durrieu saúda a missão desanuviadora de Olozaga a qual, a seu ver, se deparou com um gesto de má vontade por parte do governo português, isto é, a pretensão de abolição das conservatórias patenteada por Costa Cabral³³.

Se tal privilégio lhe parece mais incontestável em relação à França do que à Espanha, defende que esta não deve deixar de reinvidicar as suas compensações em virtude dos quarenta mil espanhóis que viviam em Portugal, catorze mil dos quais radicados em Lisboa³⁴.

Defensor entusiasta da união comercial dos países ibéricos como panaceia para o mau estar económico-financeiro de Portugal, Durrieu antecipa-se aos detractores da ideia, assentes em preconceitos nacionalistas: «Aux hommes d'état de Lisbonne que s'imaginent que l'alliance commerciale entre leurs pays et l'Espagne rétablirait infailliblement l'unité politique dans la Péninsule, à ceux qui d'avance pourraient s'affliger d'un tel résultat, nous répondrions que le vrai péril de la nationalité portugaise est dans le désordre des finances, dans la pénurie absolue du trésor, dans le malaise dissolvant qui, depuis un siècle, travaille les populations. Que ce Portugal devienne enfin capable de se gouverner, qu'il soit, non pas certes, comme autrefois, un des plus riches pays de la terre, mais un pays en état de se suffire à lui-même, et l'on n'aura point la pensée d'attenter à son indépendance»³⁵.

Do texto de Durrieu emerge clara a formulação da sua teoria: adiada a questão da união política, a união económica coloca-se como imperativa, já que garante mesmo da sobrevivência económico-política de Portugal.

Inspirado pela situação de instabilidade política e guerra civil, Théodore Pavie escreve em 1847 sobre Lisboa, a corte de D. Maria e os últimos acontecimentos de Portugal, reflectindo sobre esse país que espantara a Europa com as suas conquistas e expedições audazes, e agora se revelava ao mundo pelo triste brilho das suas dissensões e misérias.

Ao contrário de Durrieu, o professor do College de France não propõe soluções, não se subordina a directrizes de estratégia político-diplomática, analisa circunstâncias e perscruta no rosto da capital macrocéfala os sinais da guerra.

«On ne peut nier qu'il n'y ait là quelque chose des moeurs de l'Orient»³⁶, afirma o viajante conhecedor e orientalista insígne, impressionado sobretudo com a miséria e padrões de vida de uma Lisboa sem trabalho, e o conformismo das suas gentes.

O contra-luz com os valores mentais e culturais da vizinha Espanha emerge frequentemente, ao correr da pena. Um nível de diferenciação refere-se ao próprio ritmo de vida: «On ne trouve rien qui rapelle l'agitation mondaine de Madrid, ni la gaieté picaresque de Séville. On se croirait à mille lieues des Castilles et de l'Andalousie»³⁷.

A mendicidade no perímetro de Lisboa provoca no erudito de Angers uma impressão profunda; por um lado a resignação conformada da sua condição contrastante com a arrogância alegre do pobre de Espanha e, por outro, a mendicidade como profissão porque recusa de desempenho de certos trabalhos, fá-lo acreditar que «le sentiment d'amour-propre, de dignité personnelle, si vif en Espagne, fait défaut en Portugal»³⁸.

Este artigo apresenta recorrentes comparações entre os traços de civilização dos dois povos nas suas mais ínfimas manifestações, enfatizando sistematicamente a passividade dos portugueses face aos vários tipos de adversidade; por exemplo, Pavie diz que os portugueses juraram não se aquecer, enfrentando as temperaturas mais rigorosas sem uma lareira, ao contrário das famílias espanholas que utilizavam os típicos «braseros».

Ao nível das relações culturais entre os dois países, o autor assinala a renitência de ambas as partes em manter qualquer intercâmbio, denotando-se nas suas palavras um certo estatuto de subalternidade da cultura portuguesa: «L'Espagne au lieu de fraternizer avec ce petit peuple, dont elle est la soeur aînée, semble prendre à tâche de se détourner de lui; la langue portugaise, consacrée par une littérature, n'est aux yeux des Castellans qu'un patois qu'ils affectent de ne pas comprendre; le pays tout entier, quelque chose comme une colonie rebelle qu'ils châtieront un jour. De son côté, le Portugal, tournant le dos à l'Espagne, a toujours refusé de lui emprunter ses arts»³⁹.

A situação geográfica de Portugal «contrainte par le voisinage de l'Espagne, qui l'isolait de l'Europe»⁴⁰, e o fatalismo como traço fundamental do carácter do povo português, são apresentados como factores de retraimento cultural, mesmo de subdes-

envolvimento civilizacional: «Tandis que l'Espagne, malgré ses dissensions politiques et ses préventions nationales, se rattachait de plus en plus au mouvement européen, le Portugal, en proie au malaise et à la souffrance, s'abandonnait à ce découragement profond dont sa capitale porte l'empreinte»⁴¹.

Apesar de Lisboa ser o campo de reflexão de Pavie, o autor reconhece a sua incapacidade de acção sobre o resto do país, destacando dois pólos que lhe parecem importantes no desenrolar dos acontecimentos: o Algarve, território que define como selvagem e turbulento, rebelde às ordens emanadas da capital, mais parecendo anexado que reunido à monarquia portuguesa, e o Porto, foco de resistência e organização política semelhante a Barcelona, pois tal como a capital da Catalunha mantinha-se uma cidade laboriosa, comerciante e esclarecida.

Como se verifica, o estudo do académico de Angers que pretende ser uma análise da guerra da Patuleia, recheia-se de referências comparativas entre os dois países da península, apresentando um Portugal que procurava na monarquia, símbolo da nacionalidade, a afirmação dessa mesma nacionalidade, num esforço de prevenir tornar-se quer colónia inglesa, quer província de Espanha.

Este ponto de vista é perfilhado por Gustave d'Alaux que encara a monarquia portuguesa como a salvaguarda de um país confrontado com «la convoitise de l'Angleterre et les rancunes de l'Espagne qui ne s'est pas encore tout-à-fait déshabituée de le traiter *in petto* en province rebelle»⁴².

O objectivo do texto de d'Alaux é fazer o ponto da situação do Portugal de 1850, exaltando a neutralização dos radicalismos e restabelecimento da ordem, pontificando no seu estudo a figura de Costa Cabral recém-regressado ao poder, o qual encomiásticamente define como o mentor da complexa obra de reorganização material e moral do país. A confiança do autor nas capacidades políticas do conde de Tomar é notória: «Lui seul a deviné les élémens conservateurs du pays, lui seul les a disciplinés, lui seul a le droit de les conduire»⁴³.

Costa Cabral representa para d'Alaux o homem de estado capaz de fazer Portugal entrar na via do verdadeiro progresso após o fracasso de Saldanha que não soubera aproveitar uma conjuntura favorável: por um lado, a indiferença do país à propaganda socialista que apoquentava vários países europeus e,

por outro, as boas relações com a vizinha Espanha que se mantinha tranquila sob a administração enérgica de Narváez.

O autor não se coíbe de estabelecer um paralelismo entre o novo gabinete de Lisboa e o de Madrid; apelida Costa Cabral de Narváez português e o duque d'Ávila, ministro das finanças, lembra-lhe a rigidez e audácia de Mon, seu congénere espanhol.

Mas fundamentalmente Costa Cabral em 1850 representa para d'Alaux a realização de um projecto que Xavier Durrieu no seu estudo de 1845 considerava dever ser prioritário no programa político do estadista, isto é, a revolução económica na península através da união comercial. Gustave d'Alaux acredita que estão criadas as condições para a efectivação de tal projecto: «L'infranchissable muraille qui s'élevait depuis un siècle et demi entre l'Espagne et Portugal est aujourd'hui minée des deux côtés à la fois. Pendant que l'une rompt hardiment avec ce système prohibitif qui transformait ses issues continentales en impasses, l'autre se souvient tout à coup qu'il touche, par une ligne de cent cinquante lieues, au continent, et demande à grands cris, par l'organe de ses députés et de ses chambres municipales, des voies terrestres de communication. Les compagnies et l'administration espagnoles projettent des tracés de chemin de fer et des canaux sur la frontière portugaise, et le commerce portugais, à son tour, se prononce pour le libre navigation du Duero. Voilà donc de part et d'autre un grand pas de fait vers le rapprochement commercial des deux familles péninsulaires»⁴⁴.

Na óptica do autor esta aproximação era na época uma necessidade premente para Espanha, a qual se comunicaria a Portugal num espaço de poucos anos, o suficiente à consolidação da ordem pelo impulso vivificador de Costa Cabral.

Assim como Durrieu prefigurava na união comercial de Espanha e Portugal, um contra-peso meridional à influência da Grã-Bretanha, d'Alaux vê nela o embrião de um convénio fecundo e duradouro: a aliança alfandegária do norte e sul da Europa.

Apesar de malogradas as suas expectativas no tocante à união comercial ibérica e ao próprio político a quem vaticinava grandes empreendimentos, seis anos mais tarde d'Alaux aborda novamente a situação de Portugal nas páginas da *Revue*, desta feita centrando-se no início do reinado de D. Pedro V, para elogiar um país que atravessara uma regência com uma calma exemplar e

regular funcionamento do sistema político. O momento parece-lhe aliás adequado a uma saudação especial aos regimes constitucionais peninsulares, malgrado todas as vicissitudes e adversidades: «L'Espagne en 1848, le Portugal en 1855, c'est-à-dire les deux royaumes de cette péninsule que se plaisent tant à citer les détracteurs, soit radicaux, soit absolutistes, du régime constitutionnel, auront eu le singulier honneur de venger doublement ce régime dans l'histoire, et de le montrer réalisant tour à tour, – au fort même du succès de chacune des deux doctrines contraires –, en 1848 la liberté par l'ordre, en 1855 l'ordre par la liberté»⁴⁵.

Este estudo de Gustave d'Alaux parece ter encerrado por algum tempo o interesse por Portugal dos colaboradores da *Revue des Deux Mondes*, já que só passados oito anos surge nova monografia dedicada ao nosso país, pela pena de Valentin de Mazade, cujas palavras de abertura indiciam de certo modo essa situação: «Depuis quelques annés, l'Europe s'est peu occupée du Portugal, et il n'est guère de pays dont l'histoire intérieure, à part quelques courtes périodes, soit moins connue»⁴⁶.

O mesmo não se verifica relativamente a Espanha cujas economia, finança, política e cultura, continuam a figurar entre os títulos da *Revue*. Mas as relações entre os dois países e os dois povos só são abordadas, mais ou menos longamente, quando o tema em questão é Portugal, como se qualquer reflexão sobre esse país implicasse, aos olhos dos franceses, um indispensável confronto com a nação vizinha, uma remissão ao passado comum, uma analogia ou dicotomia de situações presentes, uma perspectivação comparativa de trilhos futuros. Aliás o termo «península» é utilizado por todos os escritores da *Revue* para significar indistintamente os dois países que a partilham ou apenas a Espanha. Esta «sinédoque geográfica-política», recorrente em todos os textos compulsados, não deixa de reflectir uma determinada visão e atitude dos franceses tendente a subalternizar os valores e potencialidades da pátria portuguesa, promovendo tácita e implicitamente as virtualidades da nação espanhola no contexto ibérico.

As impressões de viagem em Portugal, escritas por V. de Mazade em prosa elegante e cuidada, vão também reflectir sobre as relações dos dois povos ibéricos, se bem que o autor confesse ter sido alertado para o facto de o povo espanhol ser o que tem

menos a conhecer de Portugal e o que, pelo facto, o conhece menos.

Considera o autor que, apesar de Portugal se encontrar profundamente unido à Inglaterra por tradições históricas e interesses comerciais, a dinastia reinante e o povo português não renunciam à sua nacionalidade e liberdade de acção. Essa liberdade de acção e ainda o que o autor chama de «espírito de raça», comandam a nação portuguesa no tocante à questão espanhola, numa rejeição unissona de projectos absorcionistas: «On commettrait une erreur si, par la suite de considérations ethnographiques, on ne voyait dans la nation portugaise qu'un membre détaché de la monarchie castillane. Sans doute on peut croire qu'il s'opérera un jour un rapprochement entre les deux peuples de la péninsule ibérique; mais pour amener cette réconciliation, il faut se garder avant tout d'afficher des idées ambitieuses d'absorption»⁴⁷.

Valentin de Mazade baseia as suas asserções no movimento nacional de repúdio aos projectos de anexação manifestados em Madrid por certos sectores em 1861, repúdio esse traduzido na resolução de comemoração do 1º de Dezembro, e na emotiva polémica que se seguiu à morte de D. Pedro V, nesse mesmo ano⁴⁸.

O autor atribui a este momento um significado concreto, afirmando que se assistiu ao recrudescimento da desconfiança dos portugueses e decorrente reforço das seculares barreiras entre os dois povos: «Tel fut le résultat de cette idée de fusion inopportunément soulevée, que le Portugais, plus défiant que jamais, se plaisait à rendre plus sensibles les barrières qui le séparaient de son voisin, affectant de ne pas connaître sa langue et de la mal parler lorsque le hasard la lui avait apprise. Ces deux peuples sont frères, mais ce sont deux frères qui veulent vivre indépendants»⁴⁹.

Esclarecidos os leitores sobre a opinião de V. de Mazade sobre os ânimos dos portugueses relativamente aos ingleses e espanhóis, ele surpreende-os, afirmando que seria definitivamente para a França que Portugal se inclinaria de bom grado, se os acasos da política não viessem de quando em vez arrefecer esses impulsos. Esta sua convicção radica no primado cultural que a França exercia no Portugal de oitocentos, à excepção dos quinze primeiros anos, primado esse que se traduzia num conhecimento

primoroso da língua e na imitação geral de valores e costumes, desde a literatura à moda, da organização administrativa à militar.

Mas as tendências nacionalistas dos portugueses vão ser tema de fundo de uma monografia da Revue em 1866, escrita por um dos seus mais prolixos colaboradores, e autor de várias obras historiográficas: Charles de Mazade.

«Une Annexion d'Autrefois. Philippe II et le Roi Dom Antonio de Portugal», consiste num estudo suscitado por duas obras que o autor cita em epígrafe: *História de Portugal nos Seculos XVII e XVIII*, de Luis Augusto Rebelo da Silva, publicado no ano de 1865, em Lisboa⁵⁰, e *Collecion de Documentos Ineditos para la Historia de España*, de Miguel Salva e Pedro Sanz de Baranda, publicado em Madrid, no ano anterior.

«C'est le passé qui conduit au présent par un courant ininterrompu et mystérieux; c'est souvent aussi le passé qui pèse sur le présent et le contraire»⁵¹ reflecte Mazade, tomando como referência uma Europa que germina projectos de fusões e anexações, pelo que o próprio labor historiográfico oitocentista radica a sua razão de ser nas necessidades objectivas do seu tempo.

Não obstante aparentes similitudes, o publicista francês distancia à partida o caso da reunificação da Itália do da união de Portugal e Espanha, «l'unité ibérique, pour l'appeler de son nom moderne»⁵². Enquanto aquela parece conduzida por um génio fácil e feliz, esta depara-se, depara-se sempre, com expectativas goradas, pelo que o autor aconselha uma reflexão sobre a história desse fracasso: «Quand des esprits à Madrid et à Lisbonne, – à Madrid bien plus qu'à Lisbonne, – échauffés au spectacle de ce que l'Italie a pu faire, ou peut-être aigris des déceptions du présent, rêvent une fusion des deux royaumes, image de l'union italienne, ils ne disent rien de nouveau, rien que l'avenir désavoue absolument, mais ils déplacent la question: ils devraient se demander comment cette unité ibérique n'existe pas depuis longtemps, comment, lorsqu'elle a existé, elle n'a point duré, comment enfin ce qui a été si facile et si prompt au-delà des Alpes est devenu si difficile au-delà des Pyrénées; ils devraient se demander comment toutes les tentatives patiemment ourdies pour fondre les deux peuples ont été toujours suivies des scissions plus

profondes. Chose curieuse en effect! depuis cinq siècles, cette unité est la pensée de tous ceux qui règnent à Lisbonne et à Madrid; elle est le ressort de toutes les combinaisons, le mobile des mariages qui se succèdent de génération en génération entre les deux maisons royales. L'Espagne la veut, le Portugal lui-même la veut et la poursuit à ses heures d'ambition, et toutes les fois qu'elle touche à la réalité, elle s'évanouit. Le droit de succession n'y peut rien, l'instinct populaire proteste»⁵³.

Mazade insiste nas resistências múltiplas à efectivação dessa união nos tempos presentes, particularizando a indefectível recusa de D. Pedro V: «Vainement on invoque la nature des choses, les intérêts d'une grandeur commune: les traditions d'antagonisme, les passions sont plus fortes et compriment toutes les vellétés unitaires. Vainement, il y a peu d'années encore, des tentateurs allaient murmurer à l'oreille du roi dom Pedro, le jeune souverain philosophe qui est mort en faisant son devoir, de ces mots qui excitent un prince à oser: le jeune souverain ne s'y laissa pas prendre; il ne voulait ni annexer le Portugal à l'Espagne ni annexer l'Espagne au Portugal»⁵⁴.

Perscrutando a mentalidade dos dois povos, Mazade afirma serem comuns os sentimentos de aversão à ideia de unidade peninsular, como se a memória dolorosa de antigas uniões fracassadas pesasse igualmente sobre ambos: «Le plus léger soupçon d'un complot d'unité entre les deux peuples fait pousser des cris dans les deux camps, comme s'il ravivait une vieille plaie, la plaie inguérissable de quelque union mal assortie qui n'est pas oubliée»⁵⁵.

O período filipino, que os franceses persistem em lembrar ser designado em Portugal por «sessenta anos de cativo» é, segundo Mazade, aquele em que a unidade dos dois países foi mais do que um sonho e, simultaneamente, aquele em que tal unidade ficou definitivamente comprometida. Desse período trata Rebelo da Silva, apresentado como representante da valorosa escola historiográfica portuguesa, numa obra cujo contexto de produção Mazade aprecia lucidamente: «Son histoire est un de ces livres où l'esprit politique, l'esprit national se fait le complice d'une science ingénieuse et sûre. C'est le gouvernement lui-même, il y a quelques années, qui avait tracé ce programme d'étude historique, et entre toutes les périodes des annales portugaises il

avait choisi la plus triste parce qu'elle n'est point de celles qui peuvent affadir le patriotisme. Le Portugal d'ailleurs peut évoquer aujourd'hui sans amertume ces souvenirs de défaite et d'abaissement. Il a retrouvé par la liberté la séve qui rajeunit les petites et les grandes nationalités (...). Il est plus près du temps où l'unité ibérique aurait pu s'accomplir par lui que du temps où elle s'est accomplie contre lui»⁵⁶.

Os eventos relativos à anexação de Portugal por Filipe II e os esforços do prior do Crato para a evitar e depois para a anular, constituem o cerne deste estudo de Mazade que fala de uma anexação de outros tempos, sem todavia deixar de ponderar sobre a natureza própria do fenómeno numa dimensão intemporal, elegendo o espírito do povo como elemento propulsor da história, fiel à tradição da historiografia romântica: «Il n'y a de fusions vraies que celles qui ont les peuples eux-mêmes pour complices. Les autres ont un lendemain, quand le sentiment du droit se réveille, quand l'énergie d'une nation s'est assez retrempee dans le malheur, et ce lendemain des annexions violentes s'appelle une révolution d'indépendance»⁵⁷.

Nos quinze anos que se seguem à publicação deste texto de Charles de Mazade, raramente a atenção dos colaboradores da *Revue* se vira para Portugal, registando-se apenas dois estudos de carácter bem diverso, um de economia rural, de Léonce de Lavergne, e outro sobre a figura do Marquês de Pombal, por Michel Chevalier⁵⁸.

Por seu turno, a presença de estudos sobre Espanha mantém-se, se não mesmo recrudescer, evocando a efervescência política desse país, do interregno à república, da guerra civil à restauração borbónica. Nestas monografias as referências às relações com Portugal e à questão ibérica são breves e pontuais. Por exemplo, Charles de Mazade num texto sobre a insurreição de 1868 e o interregno, dedica um pequeno período a avaliar a recusa de D. Fernando ao trono espanhol, conferindo a essa recusa uma dimensão nacional: «Dom Fernando ne sera pas roi d'Espagne, on ne le croit plus du moins, parce qu'il ne le veut pas, parce que le roi son fils et le Portugal lui-même ne le veulent pas plus que lui, parce que cette candidature représente une idée qui se réalisera peut-être dans un avenir plus ou moins lointain, mais qui se heurte aujourd'hui contre toutes les incompatibilités»⁵⁹. Sem excluir a hipótese de uma união futura, Mazade reitera deste

modo a sua convicção de inviabilidade plena dessa associação nos tempos próximos.

Em 1873 Victor Cherbuliez ao analisar o contexto de instauração da república em Espanha, sublinhando a extrema confusão dos poderes e ambiente de anarquia generalizada, refere os receios dos portugueses perante tal situação de instabilidade: «Ils se plaignent des dangers que fait courir à leur pays le voisinage d'une république affolée et débordée»⁶⁰.

Como anteriormente se referiu, as relações entre Portugal e Espanha e a questão ibérica são escassamente abordadas nas monografias sobre Espanha; tais problemáticas emergem mais francamente nos estudos sobre Portugal, como se aos olhos dos franceses, apesar de reconhecidos todos os antagonismos, permanecesse de alguma forma válido o pensamento de Carné de que a questão portuguesa era o apêndice obrigatório da questão espanhola, e não o contrário. Não obstante, as opiniões veiculadas sobre a matéria na *Revue des Deux Mondes*, caracterizam-se por uma razoável diversidade e apreciável riqueza de informação. A polémica da união ibérica é perspectivada segundo diferentes ângulos, ao longo de meio século, ora apresentada como imperativo para o relançamento da península no seio da Europa moderna, ora como catalizadora de um crescendo de influência da França sobre Portugal e seus territórios coloniais, com a decorrente perda de influência da Grã-Bretanha nesses domínios, ora ainda, entre outros aspectos, como facto inviável por razões de mentalidade. Este aspecto parece também pesar na ponderação dos vários testemunhos recenseados, que alertam não só para os contrastes mentais entre os dois povos como também para as suas irredutíveis incompatibilidades, o seu voluntário desconhecimento mútuo, tal como evocam as palavras de André Cochut: «Des peuples unis géographiquement se repoussent pour incompatibilité d'humeur, témoin les Portugais et les Espagnols»⁶¹.

Inserida no debate europeu suscitado pela emancipação de novas nações e formação dos vários nacionalismos, a polémica ibérica reflecte-se pois multifacetadamente na *Revue des Deux Mondes*, marco do pensamento oitocentista e importante obra de conjunto atenta ao complexo tema das nacionalidades, pelo que a abordagem das representações de tal polémica contribui para uma mais plena intelecção da mesma.

NOTAS

¹ Charles Buloz é substituído em 1893 por F. Brunnetière e após a sua morte, em 1906, seguiram-se na direcção F. Charnes, R. Doumic, A. Chaumeix. Cf. *Grand Larousse Encyclopédique*, vol. 9, Paris, Librairie Larousse, 1964, p. 243.

² Como exemplos de revistas que ultrapassam largamente um século de publicação costuma referir-se, a par da *Revue des Deux Mondes*, duas outras que lhe são todavia posteriores : a inglesa *The Illustrated London News*, fundada em 1842, e a italiana *La Civiltà Cattolica*, publicada pelos jesuítas desde 1850. Cf. *Lexicoteca Moderna Enciclopédica Universal*, t. 16, Círculo de Leitores, 1987, p. 82.

³ Passou a intitular-se *Revue, Littérature, Histoire, Arts, Sciences, des Deux Mondes*. Cf. *Grand Larousse Encyclopédique ...*, p. 243.

⁴ *Affaires d'Espagne*. «Revue des Deux Mondes», Bruxelles, t. 3, 1847, p. 722.

⁵ Charles de Mazade (1820-1893) escreveu *L'Espagne Contemporaine*, publicado em 1855, e *Les Révolutions de l'Espagne Contemporaine*, dado à estampa em 1868.

⁶ Entre os artigos de índole cultural saliente-se : GAUTIER, Theophile – *Malaga. Le Cirque et le Théâtre*. «Revue des Deux Mondes», Bruxelles, t. 3, 1842, p. 237-256; LAVERGNE, Léonce de – *Mouvement Littéraire de l'Espagne. Zorrilla*. «Revue des Deux Mondes», Bruxelles, t. 2, 1843, p. 5-50; DURRIEU, Xavier – *Le Théâtre Moderne en Espagne*. «Revue des Deux Mondes», Bruxelles, t. 3, 1844, p. 95-108 e p. 329-353; MONTÉGUT, Émile – *Essais de Morale et de Littérature*. «Revue des Deux Mondes», Paris, XXXIVe Année, Seconde Période, t. 50, 1864, p. 170-195.

⁷ As monografias relativas a temas portuguesas, no período cronológico seleccionado, são as seguintes: CARNÉ, Louis de – *Le Portugal au dix-neuvième siècle*. «Revue des Deux Mondes», Paris, 4ª série, t. 11, 1837, p. 79-112 ; LASTEYRIE, Jules de – *Le Portugal depuis la Révolution de 1820*. «Revue des Deux Mondes», Paris, 4ª série, t. 27, 1841, p. 161-214 ; LASTEYRIE, Jules de – *Souvenirs des Açores*. «Revue des Deux Mondes», Bruxelles, t. 1, 1842, p. 64-74 ; DURRIEU, Xavier – *Le Portugal en 1845. Sa Situation Politique, Financière et Diplomatique*. «Revue des Deux Mondes», Bruxelles, t. 1, 1845, p. 231-282 ; PAVIE, Théodore – *Lisbonne, la Cour de Dona Maria et les Derniers Événements du Portugal*. «Revue des Deux Mondes», Bruxelles, t. 2., 1847, p. 494-515 ; ALAUX, Gustave d' – *Le Portugal en 1850 et le Comte de Tomar*. «Revue des Deux Mondes», Paris, XXe Année – Nouvelle Période, t. 7, 1850, p. 506-523; ALAUX, Gustave d' – *Le Portugal à l'Avènement de Dom Pedro V*. «Revue des Deux Mondes», Paris, XXVIe Année – Seconde Période, t. 3, 1856, p. 387-412 ; MAZADE, Valentin de – *Le Portugal sous le Roi Dom Luiz. Impressions et Souvenirs*. «Revue des Deux Mondes», Paris, XXXIVe Année – Seconde Période, t. 52, 1864, p. 189-223 ; MAZADE, Charles de – *Une Annexion d'Autrefois. Philippe II et le Roi Dom Antonio de Portugal*. «Revue des Deux Mondes», Paris, XXXVIe Année – Seconde Période, t. 61, 1866, p. 69-104 ; LAVERGNE, Léonce de – *Études d'Économie Rurale. Le Portugal*. «Revue des Deux Mondes», Paris, XXXIXe Année – Seconde Période, t. 82, 1869, p. 738-752 ; CHEVALIER,

Michel – *Le Marquis de Pombal*. «Revue des Deux Mondes», Paris, XLe Année – Seconde Période, t. 89, 1870, p. 156-180.

⁸ CARNÉ, Louis de – *Le Portugal au dix-neuvième siècle*. «Revue des Deux Mondes», Paris, 4ª Série, t. 11, 1837, p. 79. O conde de Carné publicara no ano anterior um trabalho sobre Espanha, com um título similar : *De l'Espagne au XIXe siècle*.

⁹ *Idem, ibidem*, p. 80-81.

¹⁰ Cf. *Portugal no Século 19*. «Revista Estrangeira», Coimbra, Imprensa Nacional, Set.1837, nº 6, nota c). Esta revista mensal fundada pelo bacharel de medicina José Pereira Reis, o qual era coadjuvado por seu sogro Agostinho Albano da Silveira Pinto, pretendia ser uma compilação de artigos extraídos dos melhores escritos estrangeiros, principalmente ingleses e franceses. Acontece que a revista de Coimbra não extraiu apenas esta peça da *Revue des Deux Mondes*, já que daí e do mesmo Carné publicou o estudo sobre a Espanha citado na nota 8, o qual inaugura o primeiro fascículo da *Revista Estrangeira*, encontrando-se dividido em quatro partes (Abril a Junho de 1837) ; e ainda o artigo «A Hespanha depois da Revolução da Granja» que por sua vez inaugurou o primeiro fascículo do ano de 1838, embora este não acompanhado de notas dos redactores como acontece nos dois casos anteriores, mas sim precedido por uma introdução da responsabilidade dos mesmos. Do artigo *Portugal no Século 19* saiu também uma versão publicada pela Imprensa da Universidade de Coimbra no ano de 1837, que em nada difere do texto traduzido e anotado da *Revista Estrangeira*. Cf. SILVA, Inocência Francisco da – *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. 17, p. 303.

¹¹ CARNÉ, Louis de – *Le Portugal au dix-neuvième siècle...*, p. 112.

¹² *Idem, ibidem*, p. 82.

¹³ *Idem, ibidem*, p. 83.

¹⁴ *Idem, ibidem*.

¹⁵ As exactas palavras do autor são : «...en attendant que l'Espagne fût en mesure d'exécuter l'arrêt porté par la Providence». Cf. CARNÉ, Louis de – *Le Portugal au dix-neuvième siècle...*, p. 84.

¹⁶ *Idem, ibidem*, p. 85.

¹⁷ *Idem, ibidem*, p. 89.

¹⁸ *Idem, ibidem*, p. 107.

¹⁹ *Idem, ibidem*, p. 110.

²⁰ Esta perspectiva de Carné não deixa indiferentes os redactores da *Revista Estrangeira*, merecendo-lhes o seguinte comentário : «Muito tínhamos que dizer sobre este ponto; o A. é francez, escreve com parcialidade bem que disfarçada; o seu pensamento fica de todo explicado no ultimo paragrafo deste artigo: elle confessa, mais adiante deste lugar, que Portugal pertence à aliança Ingleza, faltou-lhe dizer ahi *em quanto for nação independente*; mas deve pertencer à aliança franceza, quando chegar a verificar-se a *unidade peninsular*, ponto fixo e mimoso de seus pensamentos, que é o elemento hespanhol sobre que tanto insiste». Cf. *Revista Estrangeira*, Coimbra, vol. 1,1837, nº 7, p. 25, nota cc).

²¹ Sobre este aspecto específico registamos o sintético comentário dos redactores da revista coimbrã: «Já nos foi dito isto mesmo por uma bôca parlamentar». Cf. *Revista Estrangeira ...* p. 27. nota ii).

²² CARNÉ, Louis de – *Le Portugal au dix-neuvième siècle...*, p. 112.

²³ *Idem, ibidem*.

²⁴ *Idem, ibidem.*

²⁵ LASTEYRIE, Jules de – *Le Portugal depuis la Révolution de 1820*. «Revue des Deux Mondes», Paris, 4^a Série, t. 27, 1841, p. 171. Este opúsculo saiu impresso na *Revista Literária* do Porto em 1842, tendo conhecido ainda uma tradução diversa, eventualmente da responsabilidade de Joaquim António de Magalhães, publicada pela Imprensa Nacional em Lisboa em 1841. Cf. SILVA, Inocêncio Francisco da – *Directorio Bibliographico Portuguez*, vol. 4, p. 64-65.

²⁶ *Idem, ibidem.*

²⁷ *Idem, ibidem.*

²⁸ *Idem, ibidem*, p. 1771-172.

²⁹ DURRIEU, Xavier – *Le Portugal en 1845. Sa Situation Politique, Financière et Diplomatique*. «Revue des Deux Mondes», Bruxelles, t. 1, 1845, p. 231.

³⁰ *Idem, ibidem*, p. 232.

³¹ *Idem, ibidem.*

³² *Idem, ibidem*, p. 233.

³³ Durrieu critica asperamente esta atitude: «Aujourd'hui M. da Costa Cabral va plus loin encore; de son chef, sans consulter l'Espagne ni la France, ni aucune des nations qui en Portugal jouissent du privilège des conservatorias, – c'est le nom des juridictions spéciales auxquelles sont soumis les étrangers, – M. da Costa Cabral se propose d'abolir ces juridictions. Il y a quelques jours à peine, il vient de présenter aux cortès un projet de loi qui les supprime; M. da Costa Cabral n'a pas plus de respect, on le voit, pour les conventions internationales que pour les chartes de son pays. Nous ne concevrons pas, pour notre compte, que l'Espagne reculât devant le caprice du jeune ministre de donna Maria». Cf. *o. c.*, p. 280.

³⁴ Durrieu tem consciência que na sua maioria esses espanhóis são galegos: «Sous l'ancien régime, quand la main-morte et la loi des majorats livraient le sol, en Galice, aux moines et aux seigneurs, les pauvres paysans, réduits à une misère extrême, émigraient en Portugal, où ils exerçaient les petits métiers, le petit négoce». Cf. *o. c.*, p. 280. No entanto o número que adianta é certamente inferior à realidade; Rui d'Abreu Torres aponta um total de oitenta mil galegos radicados em cidades e portos portugueses no final do século XVIII, quarenta mil dos quais fixados em Lisboa. Cf. *Galegos em Portugal*, D.H.P., vol. 3, 1981.

³⁵ DURRIEU, Xavier – *Le Portugal en 1845...*, p. 282.

³⁶ PAVIE, Théodore – *Lisbonne, la Cour de Dona Maria et les Derniers Événements du Portugal*. «Revue des Deux Mondes», Bruxelles, t. 2, 1847, p. 499. Conduzido pela sua formação de orientalista, Pavie estabelece constantes comparações entre trechos da vida de Lisboa e traços de civilizações orientais ou africanas; por exemplo, as ociosas e recatadas senhoras lisboetas evocam-lhe as damas muçulmanas ignorantes do mundo exterior, o tradicional carro de bois afigura-se-lhe semelhante ao veículo do fellah egípcio, as matilhas esfaimadas e infectas de Lisboa lembram-lhe as de Constantinopla e, mais impressionante talvez, os mendigos miscigenados com hediondas deformações são apenas comparáveis, na sua opinião, aos da costa do Malabar, do Pará e de Angola.

³⁷ *Idem, ibidem*, p. 499.

³⁸ *Idem, ibidem*, p. 501.

³⁹ *Idem, ibidem*, p. 504.

⁴⁰ *Idem, ibidem*, p. 494.

⁴¹ *Idem, ibidem*, p. 505.

⁴² ALAUX, Gustave d' – *Le Portugal en 1850 et le Comte de Tomar*. «Revue des Deux Mondes», Paris, XXe Année – Nouvelle Période, t. 7, 1850, p. 508.

⁴³ *Idem, ibidem*, p. 523.

⁴⁴ *Idem, ibidem*.

⁴⁵ ALAUX, Gustave d' – *Le Portugal à l'Avènement de Dom Pedro V*. «Revue des Deux Mondes», Paris, XXVIe Année – Seconde Période, t. 3, 1856, p. 388.

⁴⁶ MAZADE, Valentin de – *Le Portugal sous le Roi Dom Luiz. Impressions et Souvenirs*. «Revue des Deux Mondes», Paris, XXXIVe Année – Seconde Période, t. 52, 1864, p. 189.

⁴⁷ *Idem, ibidem*, p. 222.

⁴⁸ «En 1861, sous ce spécieux prétexte de communauté de race, il s'éleva à Madrid une polémique dans une pensée bien manifeste d'annexion. Cette polémique eut un résultat de telle nature que des côtes de l'Algarve aux rives du Minho on se prépara aussitôt à célébrer en grande pompe l'anniversaire de la révolution de décembre 1640, qui, mettant les Bragance sur le trône, rendit au Portugal son indépendance en chassant les Espagnols. Les esprits étaient si fort agités que Pedro V venant à mourir sur ces entrefaits, la foule crut voir dans ce malheur un attentat prémédité, une trahison; il fallut tout le patriotisme bien connu de quelques hommes pour calmer cette émotion». Cf. *o. c.*, p. 222. A celebração do aniversário da revolução de 1640 a que se refere V. de Mazade, reporta-se à fundação da Associação 1º de Dezembro em 24 de Maio desse ano de 1861, vocacionada para o «enalticimento da gesta histórica anti-espanhola, tendo em vista a inoculação do sentimento nacional na mentalidade popular». Cf. Catroga, Fernando – *Nacionalismo e Ecumenismo. A Questão Ibérica na Segunda Metade do Século XIX*, Sep. «Revista Cultura, História, Filosofia», Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1981, p. 20.

⁴⁹ MAZADE, V. de – *Le Portugal sous le Roi Dom Luiz...*, p. 222.

⁵⁰ Como se verifica, Charles de Mazade utilizou a versão original da obra de Rebelo da Silva e não a tradução francesa dos dois primeiros volumes, publicados num tomo, em Paris, no ano de 1864, com o título *Invasion et Occupation du Royaume de Portugal en 1580; Introduction à l'Histoire de Portugal au XVIIe et au XVIIIe Siècles*. Cf. MACEDO, Jorge Borges de – *A História de Portugal nos séculos XVII e XVIII e o seu Autor*, in Rebelo da Silva, «História de Portugal», vol. 1, Lisboa, Imprensa Nacional, 1971, p. 97.

⁵¹ MAZADE, Charles de – *Une Annexion d'Autrefois. Philippe II et le Roi Dom Antonio de Portugal*. «Revue des Deux Mondes», Paris, XXXVIe Année – Seconde Période, t. 61, 1866, p. 69.

⁵² *Idem, ibidem*, p. 68.

⁵³ *Idem, ibidem*, p. 69-70.

⁵⁴ *Idem, ibidem*, p. 69.

⁵⁵ *Idem, ibidem*.

⁵⁶ *Idem, ibidem*, p. 71. Ao ler-se estas linhas de Mazade, dir-se-ia que tal como para J. B. de Macedo, também para ele era como se a dita obra correspondesse a «uma necessidade cultural e pública». Cf. MACEDO, Jorge Borges de – *A História de Portugal...*, p. 55.

⁵⁷ MAZADE, Charles de – *Une Annexion d'Autrefois...*, p. 104.

⁵⁸ Estes estudos são de 1869 e 1870, respectivamente. Cf. nota 7.

⁵⁹ MAZADE, Charles de – *Révolution d'Espagne. I. L'Insurrection de 1868 et l'Interrègne*. «Revue des Deux Mondes», Paris, XXXIXe Année – Seconde Période, t. 79, 1869, p. 813.

⁶⁰ CHERBULIEZ, Victor – *L'Espagne Politique. Le Caractère Espagnol et la Monarchie Constitutionnelle*. «Revue des Deux Mondes», Paris, XLIIIe Année – Seconde Période, t. 107, 1873, p. 6. O autor transcreve um testemunho que terá recolhido de um português, enfatizando o pânico de uma vizinhança tumultuosa : «Nous ressemblons, nous autres portugais, disait l'un d'eux, à un propriétaire qui a pour plus proche voisin le directeur d'un hospice d'aliénés. Nos fenêtres donnent sur le préau où ces malheureux, trop mal surveillés, viennent s'ébattre ou se gourmer; la nuit comme le jour, nous entendons leurs clameurs et leurs trépignemens. Le pis est que de temps en temps ils brandissent des torches pour mettre le feu à notre maison; nous sommes obligés d'avoir toujours l'oeil au guet et de ne pas lâcher un instant le piston de nos pompes. Nous en perdons le sommeil; hélas! peut-être finirons-nous par devenir fous nous-mêmes». Cf. *o.c.*, p. 6.

⁶¹ COCHUT, André – *Des Nationalités. A propos de la guerre de 1866*. «Revue des Deux Mondes», Paris, XXXVIe Année – Seconde Période, t. 64, 1866, p. 70.

